



DIREITO

V.9 • N.3 • 2024 - Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-381X

ISSN Impresso: 2316-3321

DOI: 10.17564/2316-381X.2024v9n3p230-246

AUTOCRATIZAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: 2019-2022

AUTOCRATIZATION AND WEAKING OF DEMOCRACY IN BRAZIL: 2019-2022

AUTOCRATIZACIÓN Y DEBILITAMIENTO DE LA DEMOCRACIA EN BRASIL: 2019-2022

Cleonice Witt¹
Rafaela Witt Bendlin²

RESUMO

O desafio mundial contemporâneo é assegurar a proteção aos direitos humanos fundamentais e a democracia. Mas pesquisas atuais demonstram que há uma grande onda autocrática no mundo, colocando cada vez mais países e cidadãos em risco. Assim, neste contexto, buscou-se compreender a realidade brasileira da autocratização, questionando-se qual foi a evolução da autocracia no Brasil entre os anos de 2019 a 2022? Para responder esta pergunta, buscou-se definir autocracia e democracia, explicar o avanço da autocracia no Brasil a partir de 2019, identificar fatores que favorecem o avanço da autocracia e delimitar o contexto político brasileiro no avanço da autocracia. A metodologia empregada foi a revisão narrativa através do método bibliográfico, utilizando-se artigos científicos, livros, monografias, dissertações, entre outros, bem como pesquisa estatística realizada pelo V-Dem Institute, e a conclusão foi obtida pelo método dedutivo. Concluiu-se então que o Brasil passou por uma onda crescente de autocratização e enfraquecimentos das características democráticas, especialmente a partir da eleição de Bolsonaro em 2018, mas obtendo melhora destas características com a vitória de Lula nas eleições de 2022. Entretanto, ainda deve permanecer o alerta em defesa da democracia.

PALAVRAS-CHAVE

Autocracia; Autocratização; Características democráticas.

ABSTRACT

The contemporary global challenge is to ensure the protection of fundamental human rights and democracy. But current research shows that there is a great autocratic wave in the world, putting more and more countries and citizens at risk. Thus, in this context, we sought to understand the Brazilian reality of autocratization, asking ourselves what was the evolution of autocracy in Brazil between the years 2019 and 2022? To answer this question, we sought to define autocracy and democracy, explain the advance of autocracy in Brazil from 2019 onwards, identify factors that favor the advance of autocracy and delimit the Brazilian political context in the advance of autocracy. The methodology used was narrative review through the bibliographic method, using scientific articles, books, monographs, dissertations, among others, as well as statistical research carried out by the V-Dem Institute, and the conclusion was obtained using the deductive method. It was then concluded that Brazil went through a growing wave of autocratization and weakening of democratic characteristics, especially after Bolsonaro's election in 2018, but achieving an improvement in these characteristics with Lula's victory in the 2022 elections. alert in defense of democracy.

KEYWORDS

Autocracy; Autocratization; Democratic characteristics.

RESUMEN

El desafío global contemporáneo es garantizar la protección de los derechos humanos fundamentales y la democracia. Pero las investigaciones actuales muestran que hay una gran ola autocrática en el mundo, que pone en riesgo a cada vez más países y ciudadanos. Así, en este contexto, buscamos comprender la realidad brasileña de la autocratización, preguntándonos ¿cuál fue la evolución de la autocracia en Brasil entre los años 2019 y 2022? Para responder a esta pregunta, buscamos definir autocracia y democracia, explicar el avance de la autocracia en Brasil a partir de 2019, identificar factores que favorecen el avance de la autocracia y delimitar el contexto político brasileño en el avance de la autocracia. La metodología utilizada fue la revisión narrativa a través del método bibliográfico, utilizando artículos científicos, libros, monografías, disertaciones, entre otros, así como investigaciones estadísticas realizadas por el Instituto V-Dem, y la conclusión se obtuvo mediante el método deductivo. Se concluyó entonces que Brasil atravesó una creciente ola de autocratización y debilitamiento de las características democráticas, especialmente después de la elección de Bolsonaro en 2018, pero logrando una mejora en estas características con la victoria de Lula en las elecciones de 2022, alerta en defensa de la democracia.

PALABRAS CLAVES

Autocracia; Autocratización; Características democráticas.

1 INTRODUÇÃO

A partir da independência do Brasil, é possível destacar momentos históricos importantes para a sua democracia: a Era Vargas, a ditadura militar e a redemocratização, período que se seguiu ao fim da ditadura em 1985. Embora, após este período, o país não tenha passado por oscilações diretas na democracia, após a eleição presidencial de 2018, surgiu um grande temor pelo aniquilamento da democracia e suas instituições.

O enfraquecimento das instituições democráticas no Brasil tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos, envolvendo diversos aspectos políticos, sociais e econômicos. O Brasil enfrenta uma profunda polarização política, com divisões ideológicas e partidárias cada vez mais intensas, resultando em um ambiente político tóxico onde o diálogo é frequentemente substituído por confrontos. Essa polarização, intensificada por escândalos de corrupção como a Operação Lava Jato, revelou a extensão da corrupção em todas as esferas do governo, gerando ceticismo generalizado e minando a confiança pública nas instituições.

O Judiciário brasileiro, especialmente as Cortes Superiores, tem enfrentado pressões significativas com tentativas de influenciar decisões judiciais e ataques à independência dos juízes, comprometendo sua capacidade de atuar como contrapeso eficaz aos outros poderes. Medidas adotadas pelo governo Bolsonaro, como a nomeação de militares para cargos civis e o enfraquecimento de órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União, geraram preocupações sobre a erosão das normas democráticas e dos sistemas de freios e contrapesos.

A liberdade de imprensa, fundamental para uma democracia saudável, está ameaçada no Brasil por uma crescente hostilidade em relação a jornalistas e ações que visam restringir o trabalho da mídia independente, o que compromete a transparência e a prestação de contas. Essas questões também estão intrinsecamente ligadas aos retrocessos nos direitos humanos, com políticas governamentais levantando preocupações em relação ao meio ambiente, direitos indígenas e minorias.

A preservação e o fortalecimento das instituições democráticas exigem um compromisso contínuo com o Estado de Direito, a separação de poderes, a transparência e a responsabilidade, além de um engajamento cívico ativo e uma sociedade civil vigilante. Neste contexto, o problema de pesquisa é: Como ocorreu a evolução da autocracia no Brasil no período de 2019-2022?

Para responder a esta pergunta, os seguintes objetivos foram delineados: definir autocracia e democracia; explanar o avanço da autocracia no Brasil a partir de 2019; identificar fatores que favoreceram esse avanço e delimitar o contexto político brasileiro.

A metodologia empregada foi a revisão narrativa por meio de método bibliográfico, utilizando artigos científicos, livros, monografias, dissertações, entre outros, além de pesquisa estatística realizada pelo *V-Dem Institute*, com conclusões obtidas pelo método dedutivo.

No *Democracy Report* de 2020 do *V-Dem Institute*, pela primeira vez desde 2001, as autocracias eram maioria no mundo, presentes em 92 países, significando que quase 35% da população mundial vivia sob regimes autocráticos. Desde 2015, a Hungria foi classificada como regime autoritário eleitoral, com Viktor Orbán sendo um exemplo de autocrata. A pesquisa de 2020 revelou que a autocratização estava afetando Brasil, Estados Unidos, Índia e Turquia, com ataques à liberdade de expressão e à mídia se intensificando globalmente, e a estabilidade das eleições diminuindo. Esse avanço é classificado como a terceira onda de autocratização.

Diante deste panorama, especialmente no contexto brasileiro, torna-se necessário verificar o avanço da autocracia até 2022 e alertar sobre os limites que não podem ser cruzados.

2 A AUTOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2019 E 2022

Embora o método democrático tenha suas ressalvas teóricas, ele é, na prática, o que se almeja como modelo ideal de governo. Nele, estão protegidos os direitos fundamentais, a base do Estado liberal. Esta proteção é, inclusive, necessária para o funcionamento ideal do método. Coadunando com Sanmartim e Costa (2016), reforça-se que é normal a interferência do governante no campo da liberdade dos indivíduos, inclusive limitando-o, e a maneira mais ideal de combater estes abusos é por meio da participação, indireta ou direta, dos cidadãos nas decisões políticas, criações legislativas e avaliações de políticas públicas (Bedin; Ghisleni, 2016).

O golpe parlamentar de 2016 revelou claramente sua natureza reacionária nas eleições presidenciais de 2018. Após a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e sua subsequente impossibilidade de concorrer, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, com o respaldo das burguesias nacional e internacional, setores da classe média e segmentos populares conservadores. A ascensão de Bolsonaro desencadeou movimentos reacionários e neoconservadores, manifestando-se em protestos públicos com conteúdo racista, sexista, misógino e homofóbico. Neste cenário político, surgiram mobilizações antidemocráticas de direita e extrema direita.

Durante e após as eleições de 2018, observamos crescentes mobilizações populares e democráticas. Estas manifestaram-se por meio de passeatas e protestos organizados nas redes sociais pelos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora. Entre essas iniciativas progressistas, destacam-se os movimentos feministas, indígenas, ambientalistas, rurais, estudantis, sindicais, religiosos, entre outros. Esses grupos formaram segmentos e organizações sociais ativas, favoráveis a uma ampla rede democrática contra o conservadorismo dos grupos dominantes no poder.

Contudo, é importante reconhecer que desde a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, a participação política das classes populares tem sido restringida pelo uso indiscriminado de decretos e medidas autoritárias. Essas ações retiram a autonomia política, econômica e cultural das classes populares. O movimento político-popular das classes subalternas, embora ainda não abrace uma luta anticapitalista, contribui para fortalecer a correlação de forças sociais em prol do fim da barbárie social. (Silva, 2021)

Entretanto, não é suficiente analisar somente o governo Bolsonaro pelo seu ponto de partida. Assim, o ponto importante daquele governo foi a gestão da pandemia. Como pontua Cesarino (2021), há um outro aspecto em que a abordagem do presidente em relação à pandemia ressoa fortemente com a configuração neoliberal de inclinação autoritária, na qual a crise permanente e o estado de exceção se transformam na norma.

Muitas de suas declarações parecem ter como objetivo instilar na população disposições e sentimentos próprios de estados de guerra. Em outras palavras, os brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, devem estar preparados para enfrentar a morte, ou testemunhar a morte de seus familiares, se necessário.

A atuação do vírus se manifesta aqui como uma combinação de força evolutiva, militarista e de mercado, que separa vencedores de perdedores em uma luta pela existência cuja justiça é intrínseca e, em última instância, impenetrável. Em vez de um enfrentamento delineado por intervenções abrangentes e planejadas, a luta contra o vírus transforma-se em uma guerrilha caótica, sem comando central, na qual indivíduos e famílias devem desenvolver suas próprias estratégias de sobrevivência.

Por fim, a única entidade capaz de alterar o curso global das causas é vista como a vontade insondável de Deus, energias positivas ou outras forças invisíveis que possam influenciar a imunidade e o processo de cura.

3 AUTOCRACIA NO MUNDO ATUAL

Em um conceito mais simples e bruto, a autocracia é um sistema de governo concentrado em uma única pessoa denominada autocrata. Não há limitações ou controles por parte de outros órgãos de governo. Na autocracia, o líder tem autoridade absoluta sobre o governo e sobre todos os aspectos da vida política e social do país.

Outra característica importante é a ausência de que chamamos de freios e contrapesos na democracia, gerando uma falta de equilíbrio ao poder. O líder toma decisões unilaterais e raramente é responsabilizado. Sartoretto (2017) menciona que o conceito de autocracia deriva da política liberal e relaciona a posse do poder aos cargos mais altos de direção. Um exemplo ideal é o czarismo na Rússia pré-revolucionário, com o poder concentrado no czar, mas existem diversos tipos de autocracias, desde ditaduras militares até monarquias absolutas, estas últimas improváveis no cenário mundial atual.

Nas autocracias, as liberdades civis tornam-se restritas e a oposição política é frequentemente reprimida, bem como há controle sobre a economia. Há, ainda, outro principal ponto das autocracias: a ausência de eleições democráticas, sendo este uma grande característica dos países autocráticos atuais ou em vias de autocratização, conforme este artigo irá demonstrar. Importante ressaltar que no fortalecimento das autocracias, a democracia normalmente encontra-se enfraquecida, e, às vezes, este processo é lento.

O ponto inicial e mais básico do conceito de autocracia é a sua forma de governo de si mesmo, baseado unicamente em uma figura de poder – mas não necessariamente uma monarquia absolutista, por exemplo. Conforme Santos (2020), as características autocráticas brasileiras surgiram como principal forma de gestão política e atuação estatal, representando para a sociedade brasileira o

mesmo papel da democracia em economias centrais e traduzindo-se em agente estabilizador de conflito social do capitalismo. O autor ainda traz um ponto de vista de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, que afirma que a razão deste fato é a falta da capacidade da burguesia nacional de efetuar uma transição capitalista plena, recorrendo a componentes autoritários para realizar transformações sociais – as mesmas que, no contexto clássico e no sistema democrático, absorvem a luta de classes.

Outro ponto a se destacar, conforme Santos (2020), é nas condições de desenvolvimento do capitalismo dependente, a autocracia surge como uma maneira de promover as transformações sociais inerentes ao acúmulo de capital, mas também bloqueia estas transformações das classes dirigentes. Ainda, o papel central do conflito político das classes sociais é ocupado pela democracia, e estas classes sociais surgem no contexto da Revolução burguesa europeia.

Historicamente há, ainda, o conceito de autocracia burguesa. É uma dominação política das sociedades capitalistas, onde a classe burguesa mantém seu poder e controle sobre o Estado mesmo em sistemas democráticos. Mas as autocracias não são um fenômeno antigo.

Lührmann e Lindberg (2019) reforçam que um declínio gradual dos atributos dos regimes democráticos demonstra uma autocratização nos tempos modernos. Os autores inclusive citam que cenários antidemocráticos no Brasil, Hungria e Sérvia, por exemplo, deram origem à novos estudos acerca da autocratização contemporânea. Os motivos são diversos, continuam, mas dois pontos devem ser destacados: democracias modernas poder erodir gradualmente e sob disfarce, pois antes os ataques ao fim da democracia costumavam ser repentinos – um grande exemplo é a própria instauração da ditadura militar, embora à época tivesse personagem de luta contra o comunismo. Mas fato é que o fim da democracia está cada vez mais difícil de ser identificado, justamente o segundo ponto.

Estudiosos não têm um consenso acerca da onda atual de autocratização, mas, conforme demonstrarão os dados do *V-Dem Institute*, a situação no Brasil em direção aos fins antidemocráticos escalou rapidamente entre os anos de 2019 e 2022.

Destacam os autores que a transição da democracia para os regimes autocráticos eleitorais é difícil de ser identificada, pois autocratas supostamente eleitorais abusam da censura e assédio aos meios de comunicação em claro ataque à liberdade de imprensa e expressão, característica muito clara de regimes autoritários. Ainda, os autocratas tendem a se identificar uns com os outros e exemplo disso é a afinidade entre o Primeiro-Ministro Húngaro, Viktor Orbán, e o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro.

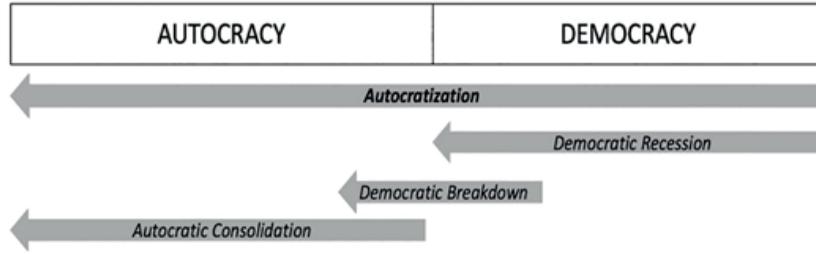
Lührmann e Lindberg (2019) explicam que há três termos para demonstrar o afastamento da democracia: autocratização, retrocesso e colapso da democracia. A autocratização como oposto da democratização pode ocorrer em países já autocráticos e nos democráticos, como sugere o conceito.

As democracias, conforme já introduzido, podem perder suas características próprias em vários níveis antes de colapsarem totalmente. Outra questão é se a suposta democracia iliberal de Orbán será um autoritarismo – embora, da análise dos *Democracy Report* aqui estudados, já esteja claro um regime autocrático eleitoral e sem muita característica democrática. Mesmo dessa forma, algumas autocracias têm características democráticas.

Quanto ao termo de colapso da democracia, prosseguem os autores afirmando que é mais útil sua utilização quando se fala de episódios de autocratização. Primeiro, é necessária uma abordagem nítida da diferença entre democracia e ditadura para permitir a identificação do ponto de ruptura.

Isso exclui as teorias de enfraquecimento prolongado das instituições democráticas com golpes autocráticos e pela diminuição das características democráticas. Tal conceito não é tão útil aos períodos contemporâneos, quando golpes de Estado são raros. A Figura abaixo ilustra a ideia aqui transmitida.

Figura 1 – Ilustração acerca dos conceitos de autocratização, recessão democrática, colapso da democracia e consolidação autocrática.



Fonte: Lührmann *et al.* (2019)

Para mensurar e comentar a autocratização, especialmente no Brasil, utiliza-se o V-Dem, um índice único de medida da democracia elaborado por diversos princípios da democracia: liberal, eleitoral, majoritária, consensual, participatória, igualitária e deliberativa. A principal base de dados do V-Dem inclui 500 indicadores e 60 índices. No site do instituto que realiza a pesquisa é possível encontrar diversos outros indicadores além do que o próprio índice de Democracia que será comentado neste artigo, que é o Índice de Democracia Liberal.

Este índice combina os institutos da democracia eleitoral com a dimensão liberal, que são restrições impostas ao executivo pelo Legislativo e Judiciário e o Estado de Direito que assegura o respeito pelas liberdades civis. Normalmente, no *Democracy Report*, os níveis são medidos pela dimensão da população, e a justificativa fornecida pelos pesquisadores é que democracia é para governar para o povo e pelo povo – pontos abordados nos tópicos sobre a democracia. Para descrever tendências, é fundamental quantificar as pessoas no mundo que dispõem de liberdades e direitos democráticos.

As eleições presidenciais de 2018 inauguraram uma era sombria na democracia brasileira. Ainda, mencionando o *Democracy Report* de 2020 (com dados de 2019), destaca-se a polarização tóxica, protestos de massa em prol dos regimes autocráticos e violência política no Brasil, a partir de 2019, e que o índice de Democracia Liberal, trazido pelo *V-Dem* naquele ano e como a categoria que o Brasil se enquadra, estava em 0.53. Neste contexto, destaca-se que o título da pesquisa no referido ano foi “Surto de Autocratização – cresce a resistência”.

Os pesquisadores realizaram um alerta de autocratização nesta edição do *Democracy Report*. Os regimes democráticos declinaram em 26 países durante 2019 e a perda de oito “democracias” naquele ano estabeleceu um recorde nas quedas de regimes da democracia. Entretanto, ponto positivo naquele ano foi que protestos em prol da democracia ocorreram o tempo todo, com as populações

falando sobre regimes democráticos e desafiando ditadores, e protestos populares auxiliaram a sustentar a democracia em 22 países ao longo de 10 anos.

Continuamos a análise sobre a autocratização e, passa-se ao *Democracy Report* de 2021, com dados de 2020. Neste, o título é “Autocracia se tornou viral”, ou seja, se tornou mais popular do que o cenário reportado naquele ano anterior, trazendo um cenário ainda mais preocupante.

Naquele ano, iniciou-se a pandemia mundial de COVID-19 que, como a pesquisa retrata, acelerou o retrocesso em direção às autocracias. Cinquenta e cinco regimes autocráticos incorreram em violações moderadas ou graves e o alerta foi de que o preço final da democracia seria elevado se certas restrições impostas, inclusive em regimes democráticos, não fossem eliminadas após o fim da pandemia – fato sem perspectiva de acontecer na época da elaboração da pesquisa. Ainda, o nível de democracia (aquele feito pelo Instituto da pesquisa aqui referenciada) estava em níveis encontrados por volta dos anos 1990.

Nessa toada, as autocracias eleitoras permaneceram o tipo mais comum de regime, fato já comentado acima, e naquele ano a Índia, a maior democracia do mundo em população, tornou-se uma autocracia eleitoral. O estudo também demonstrou que a terceira onda da autocratização acelerou e o Brasil entrou no top 10 de principais autocratizadores, bem como a restrição à liberdade de expressão e à mídia intensificou-se ao redor do mundo. Neste cenário, o índice de Democracia Liberal brasileiro constou em 0.51.

Mas um ponto muito importante que se visualiza no Brasil pouco tempo depois e que o relatório traz é que a autocratização segue um padrão. Primeiro, os governantes atacam a mídia e a sociedade civil, polarizam a população, desrespeitam oponentes, espalham informações falsas e, por fim, tentam enfraquecer as eleições e o processo eleitoral.

A situação torna-se ainda preocupante, passando ao *Democracy Report* de 2022, dados de 2021. O título é “autocratização tornou-se natural?” E deu indícios do que o relatório traria. O nível de democracia global em 2021 retornou para os níveis do ano de 1989, os avanços democráticos dos últimos 30 anos foram apagados e havia sinais de que a natureza da autocratização estava mudando. No Brasil, partidos anti-pluralistas comandavam a autocratização – o país estava na era Bolsonaro, mas o relato é de que a onda mundial de autocratização estava mais profunda, envolvendo outros países e mudando de natureza. Ainda, houve um significativo aumento na censura do governo à imprensa brasileira, e a pesquisa destaca que o presidente Bolsonaro enfrentou resistência do Supremo Tribunal Federal quando tentou desacreditar o sistema eleitoral brasileiro.

Naquele ano, surgiria uma perspectiva do que poderia ocorrer no Brasil nos anos seguintes. A pesquisa destaca que a polarização política no Brasil iniciou em 2013 e atingiu níveis tóxicos com a eleição de Jair Bolsonaro. No poder, Bolsonaro passou a demonstrar seu apelo por intervenções militares e o fechamento do Congresso Nacional. Destaca o relatório ainda que o presidente Bolsonaro incitou seus apoiadores a comandarem manifestações antidemocráticas, em 7 de setembro daquele ano, pautada na possível remoção do Supremo Tribunal Federal e os contornos de um golpe militar.

Situação parecida foi a da Hungria, conforme já mencionado, mas a polarização iniciou-se antes de 2010, quando o Primeiro-Ministro Viktor Orbán chegou ao poder e atingiu níveis tóxicos de extre-

ma direita. Mesmo com todo esse panorama, o índice de Democracia brasileiro permaneceu o mesmo – o que não significa que é ponto positivo.

Para corroborar este último ponto, passa-se à análise do *Democracy Report* de 2023, dados de 2022, intitulado “Desafio diante da autocratização”. O panorama global continua em contexto crítico: o nível da democracia global chegou aos níveis de 1986, três anos a menos que a comparação do ano de 2021 e havia mais autocracias fechadas do que democracias liberais pela primeira em vinte anos. O Brasil, inclusive, ainda nem possuía a atual Constituição Federal, elaborada após o fim da ditadura militar em 1985. Entretanto, surge um ponto de esperança: conforme o relatório, a autocratização brasileira estagnou antes de derrotar de vez a democracia.

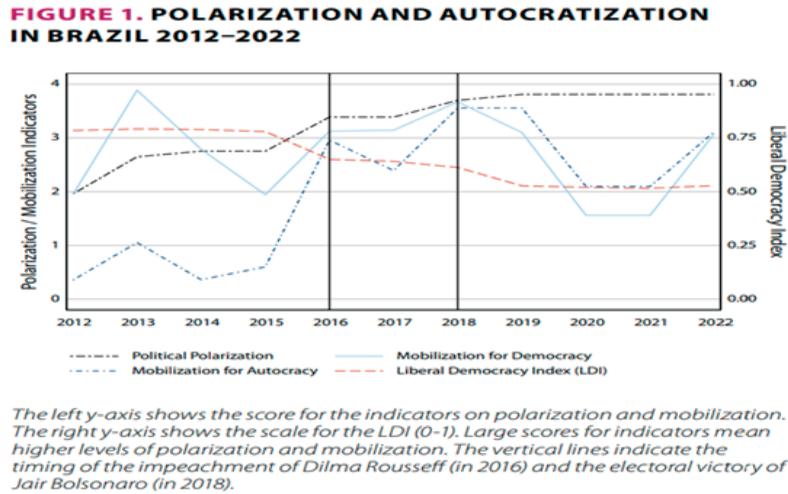
Como a própria pesquisa relata, eis a causa: o sucesso da eleição do presidente Lula, gerando a prospecção da democracia. O relatório de 2023 foi o quarto seguido que colocou o Brasil no top 10 dos países autocratizadores do mundo e traz a informação que o Índice da Democracia Liberal diminuiu consideravelmente após 2015 e atingiu o valor mais baixo em 2019, próximo à marca de 0.5. A virada de chave da autocratização brasileira foi a vitória de Lula sobre Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, mas foi um longo caminho percorrido. A mobilização pela autocracia e democracia cresceu rapidamente após a pandemia e teve seu auge durante a campanha de reeleição de Bolsonaro, mas a polarização brasileira cresceu já quando ocorreu o *impeachment* de Dilma Rousseff, ex-presidente.

Este foi o cenário ideal para a extrema direita, que se mobilizou fortemente pela autocratização, resultando na queda do índice democrático brasileiro e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Mas Bolsonaro não enfrentou somente os adversários políticos: protestos contra a sua figura e movimentos da esquerda, como os defensores dos direitos das mulheres e proteção do meio ambiente, surgiram como principais enfrentadores do regime do até então presidente. Outro grande fator contra Bolsonaro foi a sua péssima resposta à pandemia de COVID-19, originando outros protestos antigovernamentais. Estes movimentos tornaram-se resistência da democracia contra a extrema-direita.

O até então presidente Bolsonaro passou a disparar ataques ao processo eleitoral brasileiro, o que resultou em queda no índice que mensurava a qualidade das eleições, também um componente do *V-Dem*, pois houve violência eleitoral e intimidação pelo governo que buscava a reeleição. Como argumento de que os atos após a eleição foram atos da extrema-direita, destaca o *Democracy Report* que apoiantes de Bolsonaro invadiram o Congresso Nacional exigindo intervenção militar e comparar os atos de 8 de janeiro de 2023 com o ataque ao Capitólio, nos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021.

Destaca a pesquisa que a alta polarização pode continuar a desestabilizar a democracia, mas que instituições democráticas melhoraram seus níveis entre 2021 e 2022. O desafio do presidente Lula, destacam, será unificar o país, mas ele tem um histórico de respeitar a democracia e suas instituições, conforme seus mandatos anteriores. As figuras abaixo demonstram a polarização e a autocratização no Brasil, bem como o declínio dos componentes da Democracia Liberal no país.

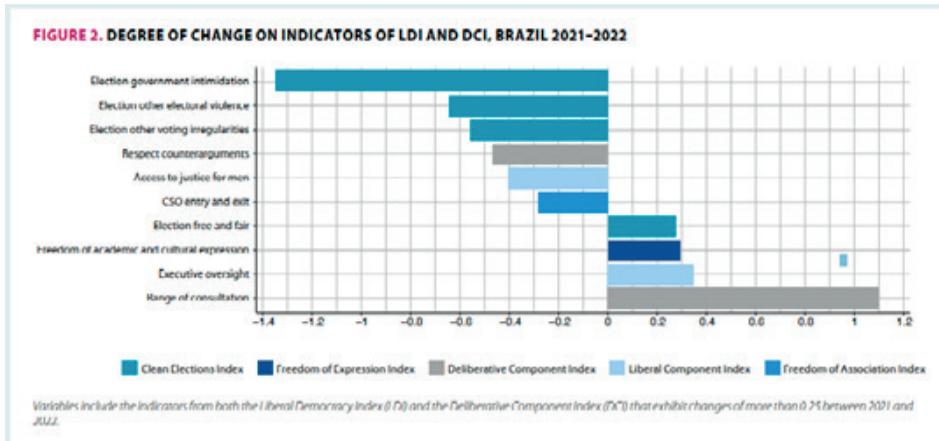
Figura 2 – Polarização e autocratização no Brasil entre 2012-2022



Fonte: Democracy Report 2023, V-Dem Institute.

Conforme tradução, o eixo esquerdo mostra os indicadores da polarização e da mobilização e o eixo direito mostra a escala do Índice de Democracia Liberal. Grandes números no eixo esquerdo demonstram altos níveis de polarização e mobilização. A linha vertical indica o momento do impeachment de Dilma Rousseff (2016) e a vitória na eleição presidencial de Jair Bolsonaro (2018).

Figura 3 – Decadência dos indicadores de Democracia Liberal e Componentes da democracia no Brasil entre 2021-2022



Fonte: Democracy Report 2023, V-Dem Institute.

Em tradução, se tem, respectivamente de cima para baixo, a intimidação eleitoral por parte do governo em exercício, a violência eleitoral, irregularidades eleitorais, respeito aos argumentos, acesso à justiça pelos homens, existência de sociedades civis, eleições livres e justas, liberdade acadêmica e cultural, visão executiva e gama de fontes.

As Figuras acima ilustram o cenário que o Brasil enfrentou entre 2019 e 2022. Um cenário claro da autocratização com Bolsonaro no papel de personagem principal, buscando ter todo o poder em suas mãos, quase resultou no fim do regime democrático. O desafio de trazer o país de volta ao sistema democrático está nas mãos do atual presidente, conforme exposição feita acima.

4 PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Para Habermas (1984), há duas tendências divergentes na esfera pública política da social-democracia. Há uma publicidade manipulativa e demonstrativa se considerar a configuração decadente da esfera pública burguesa. Mas o Estado social desta democracia burguesa resguarda a continuidade do Estado Liberal de Direito e fixa-se no mandamento da esfera pública politicamente ativa. Isso reforça o que será demonstrado abaixo acerca da participação da democracia.

Conforme Sanmartim e Moraes da Costa (2016), democracia é o poder do povo e tem, ao menos em teoria, como característica principal a participação no governo pelos cidadãos, por meio de seus representantes eleitos de forma direta. Há diversas formas de exercer a participação, como por exemplo elaboração e participação de audiências públicas, avaliações e sugestões de políticas públicas e criação de leis.

Ainda, pontuam Bedin e Ghisleni (2016) que, de uma análise feita por Norberto Bobbio, é crucial destacar a disparidade que hoje se observa entre o conceito abstrato de democracia e a realidade concreta das democracias existentes. Isso se deve ao fato de que, em sua perspectiva, o modelo democrático, tal como foi concebido, pressupunha uma sociedade muito menos complexa do que aquela que encontramos hoje.

Essa complexidade surgiu devido, em grande parte, ao desenvolvimento de um pensamento tecnocrático, à expansão considerável da burocracia estatal com seus próprios interesses e à emergência de diversos níveis de ingovernabilidade. Assim, sua preocupação central reside na necessidade de uma expansão do escopo da democracia, que vai além da simples questão de quem vota nos sistemas democráticos contemporâneos.

Bobbio questiona também o local onde ocorrem essas votações. Isso implica, em sua visão, uma demanda de alargamento da democracia para abranger uma série de outras esferas da vida cotidiana, reconhecendo que a participação democrática não se limita apenas ao ato de votar, mas deve se estender a várias áreas da sociedade.

Os autores, ainda, pontuam que, ao contrário do que se observava nos debates tradicionais acerca da forma de governo ideal, nos tempos atuais, o termo “democracia” carrega uma forte conotação positiva. Apesar dessa mudança em sua aplicação normativa, encontrar uma definição universalmente aceita de democracia é uma tarefa complexa.

Diante dessa realidade, Norberto Bobbio pondera que qualquer tentativa inicial de abordagem do conceito só pode ser eficaz se o termo for considerado em sua forma mais básica. O autor sustenta essa posição porque acredita que é mais viável alcançar um consenso a partir de uma definição minimalista. Assim, partindo da noção de uma concepção fundamental de democracia, é possível entendê-la como um método, uma via ou um conjunto de “regras do jogo” que orientam o processo de tomada de decisões políticas.

Entretanto, continuam Bedin e Ghisleni (2016), para a teoria bobbiana, jamais existiu uma democracia perfeita e não existirá jamais. Destacam os autores que a democracia é um processo sem freios na direção da efetivação da liberdade e da igualdade. O problema é que, em última instâncias, estes dois princípios são incompatíveis entre si. A sociedade tende a ser desigual quando protege liberdades, principalmente a econômica. De outra perspectiva, o governo que pratique medidas de justiça distributiva, visando a igualdade dos cidadãos, tende a limitar as liberdades, incluindo a econômica.

Mello Neto e Dias (2018) trazem a ideia da democracia sob a ótica de Richard Posner, jurista e autor na área da análise econômica do direito. Para os autores, o ponto central da ideia descrita por Posner é que a democracia é uma ferramenta para paz e consenso dentro dos conflitos de interesses da sociedade e um fenômeno que deve atender a garantia e a proteção dos interesses dos diversos cidadãos das sociedades, fortalecendo o fenômeno democrático.

Essa descrição menciona a política da forma que ela realmente é, ou seja, a necessidade de estabelecer compromissos entre os interesses e os agentes representantes da democracia, já que o modelo ideal de representante sem interesses subjetivos e cidadão jamais existirá na ideia de Posner.

O contexto brasileiro é ainda mais significativo. A Anistia de 1979 marcou um ponto de virada no processo de redemocratização no Brasil. Embora as expectativas iniciais fossem limitadas, o simples fato de permitir o retorno de muitos brasileiros que haviam sido expulsos ou exilados, direta ou indiretamente, já representava uma alternativa promissora.

No entanto, a transição democrática brasileira, como em muitos processos de justiça de transição ao redor do mundo, possui suas próprias peculiaridades. O processo de redemocratização foi concebido principalmente pelas elites políticas nacionais, que não representavam uma grande parte da população, revelando um lado sombrio dessa transição (Cabral, 2017).

O déficit democrático na participação pública nos anos que se seguiram a 1979 é um fato histórico de grande relevância. Lembrando as palavras de Elster (1993), pode-se afirmar que no Brasil, a Justiça de Transição foi moldada pelo que seus participantes optaram por não discutir. O problema se originou da ausência de discussões sobre temas que foram simplesmente silenciados e negligenciados durante essa transição democrática.

Por outro lado, também seria esclarecedor investigar como as elites entendiam a democracia. Portanto, podemos compreender que a transição brasileira ocorreu em um contexto de profundo desgaste, resultante de incertezas, inseguranças, receios e desconfiança em relação ao futuro do país. Isso acarretou um custo social significativo para a revitalização do processo democrático (Cabral, 2017)

De acordo com Robert Dahl (2001), as democracias oferecem oportunidades para participação efetiva, concedendo aos cidadãos igualdade de oportunidades para conhecer diferentes opiniões sobre políticas específicas, garantir igualdade de voto para todos e assegurar que os cidadãos tenham

um entendimento esclarecido das políticas apresentadas e suas possíveis consequências, bem como permitir que os cidadãos exerçam controle sobre o planejamento governamental e incluir a maioria dos adultos no processo democrático.

A aprendizagem social gerada por esse processo ao longo do curto, médio e longo prazo produz consequências desejáveis, como prevenir a tirania, promover direitos essenciais, preservar a liberdade geral, garantir a autodeterminação e a autonomia moral dos indivíduos, promover o desenvolvimento humano, proteger os interesses pessoais individuais por meio da igualdade política e buscar constantemente a paz e a prosperidade (Cabral, 2017)

Entretanto, aqui convém ressaltar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o período do Governo Bolsonaro (2019-2022). Vieira, Glezer e Barbosa (2023) trazem uma boa análise desse período. Conforme os autores, o STF assumiu uma posição proeminente na defesa da Constituição, respondendo progressivamente à escalada anticonstitucional de Bolsonaro e tornando-se o principal obstáculo ao seu projeto autoritário.

À medida que os ataques à Constituição e à democracia se intensificavam, o STF reagia de forma mais incisiva, visando conter as tentativas de Bolsonaro e seus apoiadores de enfraquecer o Estado democrático de direito. É verdade que, nesse processo, o tribunal adotou algumas posturas polêmicas e pouco convencionais. Um exemplo notável é a abertura de inquéritos de ofício, conduzidos por um ministro do tribunal que passou a ser estigmatizado como inimigo do presidente. É importante ressaltar que decisões e posições pouco convencionais não são novidade para esse tribunal, cujos poderes foram ampliados ao longo de três décadas, principalmente em sua história recente. (Vieira; Glezer; Barbosa, 2023)

O Senado Federal também teve, em algumas ocasiões, uma postura vigilante, não apenas após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid-19 (determinada pelo STF), mas também ao não dar seguimento a diversas medidas legislativas aprovadas na Câmara dos Deputados. A omissão e a timidez dos demais atores institucionais diante dos ataques do bolsonarismo evidenciaram as limitações e as dificuldades que um regime consensual como o brasileiro pode enfrentar ao lidar com a ascensão ao poder de um presidente populista e autoritário como Bolsonaro.

Apesar do protagonismo de alguns ministros do STF no embate com o presidente Bolsonaro, a maioria do tribunal apoiou essa postura combativa. A distância entre as onze ilhas foi reduzida durante esse período de confronto com o Executivo, mesmo quando alguns setores militares assumiram uma posição moderadora em nosso sistema político.

Após ser derrotado nas urnas, Bolsonaro recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alegando uma suposta fraude eleitoral no segundo turno das eleições. O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, não apenas negou o pedido, como também condenou o partido do presidente a uma multa por litigância de má-fé, devido ao claro propósito de perturbar o processo democrático. É simbólico que a rendição de Bolsonaro tenha ocorrido diante dos membros do tribunal que, mesmo de forma idiossincrática em algumas circunstâncias, impuseram a regra da lei. (Vieira; Glezer; Barbosa, 2023)

Os efeitos desse protagonismo para a reputação do STF a longo prazo precisarão ser analisados. O desfecho é que democracias com um Judiciário forte podem sofrer ataques, mas têm mais chances de evitar uma ruptura no regime. Se não fosse pela atuação do Supremo Tribunal Federal, as feridas abertas por Bolsonaro seriam ainda mais profundas. (Vieira; Glezer; Barbosa, 2023)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo serve de reflexão acerca do futuro da democracia, especialmente a brasileira, já que se vislumbra novas perspectivas no país. Ao longo deste artigo, concluiu-se os raciocínios sobre governos que possuem sua figura central em um político só e sobre o governo do povo e suas características. Essa conceituação é muito importante para explicar-se por que a democracia, especialmente a brasileira, permaneceu em risco a partir de 2019. O cenário político de 2019 a 2022 favoreceu muito a autocratização, nos termos acima expostos. O ataque de 8 de janeiro de 2023 foi um tragicômico exemplo disso.

O marco temporal deste artigo é 2019, pois, além de utilizar-se os *Democracy Reports* a partir deste ano, é com a eleição de Jair Bolsonaro que se passa a visualizar a autocratização brasileira, juntamente com a terceira onda de autocratização mundial. Nesse cenário os governantes atacam a mídia e a sociedade civil, polarizam a população, desrespeitam oponentes, espalham informações falsas e, por fim, tentam enfraquecer as eleições e o processo eleitoral – justamente o cenário enfrentado no país – e todos são fatores que possibilitam o avanço da autocracia.

Assim, é possível concluir que o país passou por uma severa ameaça à democracia entre os anos de 2019 a 2022, enfrentando um severo grau de enfraquecimentos de suas instituições democráticas, como as Cortes Superiores, por exemplo, e uma constante ameaça de que um governo militar seria plenamente possível num cenário de golpe, desdobramento que seguem sendo investigado ao longo do ano de 2023. Até mesmo certas divisões da Polícia Rodoviária Federal foram afetadas, como blitzes irregulares feitas no dia da votação do segundo turno em regiões que claramente não apoiavam Jair Bolsonaro.

O estudo colabora para alertar sobre os perigos da autocratização mundial e até mesmo a brasileira, embora esta última esteja momentaneamente segura com a perspectiva de um governo democrático por parte do presidente Lula. Mesmo assim, deve-se reforçar os princípios democráticos sempre que possível, considerando que o país já enfrentou muitas lutas para se chegar à democracia atual.

REFERÊNCIAS

ALIZADA, Nazifa. Autocratization Turns Viral. *Democracy Report 2021*, Gothenburg, v. 1, n. 1, p. 1-52, mar. 2021. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 28 set. 2023.

BEDIN, Gilmar Antonio; GHISLENI, Pâmela Copetti. Direito e democracia: uma leitura do pensamento político de Norberto Bobbio. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 20, n. 20, p. 74-91, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/721>. Acesso em: 28 set. 2023

BOESE, Vanessa. Autocratization Changing Nature? *Democracy Report 2022*, Gothenburg, v. 1, n. 1, p. 1-60, mar. 2022. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 28 set. 2023.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta. Reforma das instituições para a democracia e o legado autoritário: a branda justiça de transição no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 22, n. 3, p. 84-108, 2017. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i3936. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/936>. Acesso em: 29 set. 2023.

CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021022, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/9cxXP4r9pj6NHPkTKZVgqzc/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLMES, Stephen. Gag rules or the politics of omission. **Constitutionalism and democracy**, v. 19, 1988.

LÜHRMANN, Anna *et al.* A third wave of autocratization is here: what is new about it?. Democratization, Londres, v. 1, n. 1, p. 1-76, maio. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2019.1582029>. Acesso em: 27 set. 2023.

LÜHRMANN, Anna *et al.* Autocratization Surges – Resistance Grows. Democracy Report 2020, Gothenburg, v. 1, n. 1, p. 1-76, mar. 2020. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 28 set. 2023.

MELLO NETO, Ridivan Clairefont de Souza.; DIAS, Jean. Carlos. A democracia pragmática em richard posner e o papel do pragmatismo cotidiano na seara democrática. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 3, p. 310-332, 2018. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i31415. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1415>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAPADA, Evie; *et al.* **Defiance in the Face of Autocratization**. Democracy Report 2023. Gothenburg, p. 1-56, mar. 2023. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 30 set. 2023.

SANMARTIM, Cleidiane.; MORAES DA COSTA, Marli Marlene. O capital social como forma de efetivação da democracia através das políticas públicas. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 20, n. 20, p. 117-135, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/759>. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, Davi Duarte dos. Democracia e autocracia na obra de florestan fernandes. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21252/1/DaviDuartedosSantos_Dissert.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

SARTORETTO, Leonardo. Crise e transição: **um capítulo da modernização conservadora da autocracia no Brasil**. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a238d09f-be5f-49e8-b348-0e3af963112e/content>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 119-126, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fS C79qvyV35qddNBdpTBRCs/?format=html>. Acesso em: 28 jan. 2024.

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, p. 591-605, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/MhZGQpCF7MTNfVF5BFsvrnv/>. Acesso em: 21 fev, 2024.

Recebido em: 3 de Junho de 2024

Avaliado em: 10 de Julho de 2024

Aceito em: 25 de Julho de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Direito



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Professora do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Contestado – UnC, Doutora em ciências contábeis e administração, <https://orcid.org/0000-0002-3556-3909>,
E-mail: cleonicewitt7@gmail.com.

2 Advogada, Mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia, <https://orcid.org/0009-0007-0916-7164>.
E-mail: rafaelabendlin@gmail.com

